



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº <u>383</u> / <u>2020</u>
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>INDICA, ao Poder Executivo c/c à Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, que seja disponibilizado álcool em gel e máscaras para os seus servidores, tendo em vista o risco de contaminação do novo coronavírus (COVID-19).</p> <p>O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos do art. 146, inciso VII c/c art. 188 do Regimento Interno, indica, ao Poder Executivo c/c à Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, que seja disponibilizado álcool em gel e máscaras para os seus servidores, tendo em vista o risco de contaminação do novo coronavírus (COVID-19).</p> <p>Em tempo, vale ressaltar que a presente indicação decorre de preocupação coletiva quanto ao aumento avassalador de transmissão do vírus, e com a finalidade de prevenir o contágio de servidores e, consequentemente, dos apenados.</p> <p>Assim, justifica-se a importância do fornecimento álcool em gel e máscaras para os servidores da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS. Para tanto, peço apoio aos Nobres Deputados para o encaminhamento da presente Indicação.</p> <p>Plenário das deliberações, 17 de março de 2020.</p> <p><u>Anderson Pereira</u> Deputado Estadual – PROS</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Parlamentares,</p> <p>Esta indicação tem como objetivo, com fulcro nos Art. 146, inciso VII c/c Art. 188 do Regimento Interno, recomendar ao Poder Executivo c/c à Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, que seja disponibilizado álcool em gel e máscaras para os seus servidores, tendo em vista o risco de contaminação do novo coronavírus (COVID-19).</p> <p>Portanto, deve-se considerar que é de competência privativa da Assembleia Legislativa, conforme disposto no artigo 29, XVIII e XXXVI da Constituição Estadual, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta e os atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público.</p> <p>Neste contexto, é legítima a presente proposição, tendo em vista que visa a sugestão de adoção de providências quanto ao controle de transmissão do coronavírus. Ademais, segundo levantamento mais recente realizado pelo Ministério da Saúde, em 15 de março de 2020, o Brasil apresenta 200 casos confirmados do novo coronavírus e, segundo balanços divulgados pelas secretarias estaduais de saúde, há ainda outros 1.913 casos suspeitos do vírus em todo o país.</p> <p>No âmbito do Estado de Rondônia, temos informação de 27 casos suspeitos do vírus, de acordo com o balanço do dia 17 de março de 2020. Os 27 casos investigados estão em 4 municípios, sendo 11 em Porto Velho, 9 em Ariquemes, 5 em Ji-Paraná e 2 em Vilhena.</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>Insta informar que, conforme publicação do Ministério da Saúde, a transmissão ocorre através de contato pessoal próximo, como: toque ou aperto de mão, tosse, espirro, gotículas de saliva, catarro e contato com objetos ou superfícies contaminadas, seguido de contato com a boca, nariz ou olhos. E, tem como principais sintomas: febre, tosse e dificuldades para respirar.</p> <p>Neste contexto, deve-se salientar a importância da tomada de providências para evitar a propagação do COVID-19, tendo em vista a necessidade de garantia à saúde pública, sendo este um direito social, previsto pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, conforme segue:</p> <p><i>“Art. 6º São direitos sociais a educação, <u>a saúde</u>, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Grifo nosso)</i></p> <p>Ademais, destaca-se o dever do Estado para com a saúde pública, citando os artigos 196 e 197 da Constituição Federal de 1988, conforme segue:</p> <p><i>“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”</i></p> <p><i>“Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao</i></p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p><i>Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado."</i></p> <p>Do exposto, pela importância do tema é que peço apoio aos nobres parlamentares ao encaminhamento da presente Indicação.</p> <p>Plenário das deliberações, 17 de março de 2020.</p> <p><u>Anderson Pereira</u> Deputado Estadual – PROS</p>			